

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1999

1.ª FASE
1.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
	<hr/>
	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<hr/>
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<hr/>
	55 pontos

IV

A ou B	30 pontos
	<hr/>
	30 pontos
TOTAL	200 pontos

V.S.F.F.

129/C/1

SUGESTÕES DE CORRECÇÃO E COTAÇÕES

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
		<p>Chama-se a atenção para o facto de se tratar aqui de orientações, visando obter uma certa uniformidade de critérios na correcção das provas.</p> <p>Nos itens de resposta curta, que visam objectivos ao nível do conhecimento, será aceite a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.</p> <p>Nos itens abertos, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta.</p> <p>A cotação atribuída a cada item inclui, também, a forma como o aluno se expressa. Todavia, o professor corrector só poderá deduzir até 10% da cotação total de cada item, no referente a este critério, de acordo com a «Informação de Exames».</p>	
I	1.	<p>Definir personalidade jurídica como a aptidão para ser titular de relações jurídicas, ou seja, de direitos e obrigações.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído à definição correcta de personalidade jurídica.</p>	15
	2.	<p>Referir que o direito subjectivo é o poder ou faculdade, conferido por lei a um indivíduo, de agir, ou não, de acordo com essa mesma lei.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à indicação de que se trata de um poder ou faculdade de agir ou não agir – 10 pontos; – à relação com o direito objectivo – 5 pontos. 	15
	3.	<p>Referir que os tribunais não podem aplicar, nos feitos submetidos a julgamento, normas que infrinjam o disposto na Constituição da República Portuguesa ou os princípios nela consignados.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído à indicação correcta do papel dos tribunais na apreciação da inconstitucionalidade das leis.</p>	15

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
I	4.	Indicar três das seguintes características do Estado de Direito: o império da lei, o princípio da separação de poderes, a legalidade da administração e a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo: – à indicação de cada uma das características – 5 pontos (5 + 5 + 5).	15
	5.	Referir, como elementos do Estado, o povo, o território e o poder político. O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo: – à indicação de cada um dos elementos do Estado – 5 pontos (5 + 5 + 5).	15
II	1.	Referir que a apresentação de projectos de lei compete aos deputados e aos grupos parlamentares. O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo: – à indicação de que a apresentação de projectos de lei compete aos deputados – 7,5 pontos; – à indicação de que compete aos grupos parlamentares – 7,5 pontos.	15
	2.	Explicar dois dos seguintes sentidos do valor Segurança: – Segurança como paz social – o Direito procura a prevenção e a resolução pacífica dos conflitos de interesses, através das normas que cria para regular o comportamento social; – Segurança como certeza jurídica – as normas jurídicas devem ser certas e bem definidas, de modo a permitirem a todo o cidadão orientar a sua conduta e avaliar as consequências jurídicas dos seus actos; – Segurança em sentido amplo – compreende a protecção dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, bem como a sua defesa contra eventuais arbitrariedades dos poderes públicos ou abusos de poder, e ainda, a garantia da sua estabilidade material. O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo: – à indicação de dois sentidos possíveis – 5 pontos (2,5 + 2,5); – à explicação de cada um desses sentidos – 15 pontos (7,5 + 7,5).	20

V.S.F.F.

129/C/3

QUESTÕES		CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
II	3.	<p>O Direito regula a vida social e, nesse sentido, deverá reflectir as concepções nela dominantes. O Direito só se justifica como instrumento pacificador e regulador da ordem social. Daí a necessidade de adequação à realidade, sob pena de as normas não serem aplicadas, sendo, portanto, ineficazes.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à necessidade de as normas jurídicas reflectirem as concepções dominantes na sociedade – 10 pontos; – à necessidade de adequação das normas jurídicas à sociedade a que se destinam, sob pena da ineficácia das mesmas – 10 pontos. 	20
III	1.	<p>Referir os elementos de validade dos contratos: capacidade das partes, objecto possível, declaração de vontade e a forma que a lei determinar.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à indicação da capacidade das partes, da declaração de vontade e do objecto possível – 12 pontos (4 + 4 + 4); – à indicação da forma, quando a lei o exigir – 3 pontos. 	15
	2.	<p>Explicar que, através da reintegração <i>in natura</i>, se pretende reconstituir a situação que existia antes dos danos causados no portão, ou seja, Francisco pretende o sistema de alarme reparado ou um novo sistema de alarme idêntico ao que foi danificado.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à definição correcta de reintegração <i>in natura</i> – 10 pontos; – à aplicação do conceito ao caso concreto – 10 pontos. 	20
	3.	<p>Dada a impossibilidade da reparação do alarme e de encontrar no mercado um alarme igual ao que foi danificado, deverá ser aplicado o princípio da reintegração por mero equivalente, nos termos do art.º 566.º do Código Civil, compensando o lesado através de uma indemnização em dinheiro.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à referência à reintegração por mero equivalente – 10 pontos; – à aplicação do princípio ao caso concreto – 10 pontos. 	20

QUESTÕES	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
IV	<p>Trata-se do desenvolvimento de um tema cujo ponto de partida é um texto.</p> <p>Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o aluno desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando capacidades de análise e de síntese e espírito crítico.</p> <p>TEMA A</p> <p>O(a) aluno(a) deverá referir que, num Estado de Direito, o próprio Estado, para além de ter de se subordinar à lei, deverá respeitar os princípios gerais dos Direitos Humanos como manifestação do Direito Natural, dado que este Direito consiste num conjunto de princípios suprapositivos, fundados na própria natureza das coisas, que legitima o próprio Direito Positivo. A luta pela afirmação dos direitos dos cidadãos e das liberdades fundamentais representa a aceitação de valores universais referentes à dignidade da pessoa humana.</p> <p>As Declarações e Convenções dos Direitos do Homem constituem Direito Internacional Público e devem impor-se às ordens jurídicas nacionais.</p> <p>Perante normas que ameaçam violar os direitos humanos, o direito e o dever de resistência decorrem dos princípios consagrados nas Declarações e Convenções dos Direitos do Homem. Contudo, um problema que se tem levantado é o da eficácia do Direito Internacional, nomeadamente na defesa dos Direitos do Homem, pois não existe um sistema geral de sanções, como se verifica no Direito Interno. No entanto, as Declarações e Convenções dos Direitos do Homem, após a sua ratificação pelos Estados celebrantes, passam a fazer parte integrante do Direito desses Estados, garantindo, assim, de forma mais eficaz, a salvaguarda dos direitos nelas consagrados.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - à referência à subordinação do Estado à defesa dos Direitos Humanos, como manifestação do Direito Natural – 10 pontos; - à indicação de que as Declarações e as Convenções dos Direitos do Homem constituem Direito Internacional Público – 10 pontos; - à relação do texto com a eficácia dos meios de defesa dos Direitos Humanos – 10 pontos. 	30

SUGESTÕES DE CORRECÇÃO E COTAÇÕES

QUESTÕES	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES (em pontos)
	<p>TEMA B</p> <p>O(a) aluno(a) deverá referir que, nos termos do artigo 8.º da C.R.P., Portugal está vinculado aos princípios e normas de Direito Internacional, designadamente às normas constantes de tratados ou convenções assinadas por Portugal, como é o caso dos Tratados da Comunidade – normas que constituem o Direito Comunitário originário –, bem como às normas criadas por órgãos dessas organizações – Direito derivado – após a sua aprovação e ratificação internas.</p> <p>O aluno deverá esclarecer o papel dos órgãos comunitários, nomeadamente da Comissão Europeia, do Conselho de Ministros, do Parlamento Europeu e dos Comitês, no processo de criação do Direito Comunitário derivado, exemplificando com o texto.</p> <p>O total da cotação deverá ser atribuído do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – à indicação de que o Direito Comunitário faz parte do Direito Internacional – 10 pontos; – à explicação do conteúdo do artigo 8.º da C.R.P., relativamente à vinculação do Estado português – 10 pontos; – à relação do texto com o papel dos órgãos comunitários na criação do Direito Comunitário derivado – 10 pontos. 	<p>30</p>